

Luís de Camões

Cartas em prosa e Descrição do Hospital de Cupido

Introdução, notas e proposta de fixação textual de
MARCIA ARRUDA FRANCO

1ª. Edição
2024



Luís de Camões no retrato da prisão, presente no artigo
Uma nova e precisa espécie iconográfica quinhentista de Camões
por Maria Antonieta Soares de Azevedo,
in **Panorama**, Lisboa, n.ºs. 43-44, IV série, set. 1972.

Copyright © 2024 by Marcia Arruda Franco

Editores: Marcelo Toledo e Valéria Toledo

Projeto gráfico e capa: KOPR Comunicação, com foto de Wikipedia. Escultura de Camões por José Cucé, em S. Paulo.

Impresso no Brasil.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora, que se esforça para garantir a qualidade de suas obras.

Caso encontre algum erro, pedimos a gentileza de nos informar pelo e-mail leitor@madamu.com.br

Todos os direitos reservados à Editora Madamu

Rua Terenas, 66, conjunto 6, Alto da Mooca, São Paulo, SP

CEP 03128-010 - Fone: (11) 2966 8497

www.madamu.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

C185c Camões, Luís de
Cartas em prosa e descrição do Hospital de Cupido / Luís de Camões. 1.ed. – São Paulo: Madamu, 2024.
160 p.; il.; 21 cm. (Coleção Camões 500 anos; v. 1)

Inclui referências bibliográficas
ISBN: 978-65-86224-63-4

1. Camões. 2. Literatura Portuguesa – Prosa. I. Título.

CDU 869.0-3

Elaborado por Simone Cadengue Ladislau – CRB-8/6350

Índice para catálogo sistemático:

1. Camões
2. Literatura Portuguesa - Prosa

Para Cleonice Berardinelli (*in memoriam*)
e para Helder Macedo

SUMÁRIO

Introdução	9
1. Reescrever o século XVI	9
2. A carta em prosa como publicação escrital na sociedade de corte.	15
3. Camões satírico	19
4. O gênero epistolar no início do período moderno e nas cartas em prosa de Camões.	22
5. Descrição do Hospital de Cupido	30
6. Recepção das cartas em prosa de Camões	36
7. Ordenação da edição.	40
8. Critérios editoriais.	41
9. Bibliografia	43
Cartas em prosa e Descrição do Hospital de Cupido	
Carta I: Desejei tanto uma vossa	49
Carta II: Esta vai com a candeia na mão	55
Carta III (a): Uma vossa me deram	68
Carta III (b): Uma vossa me deram	75
Carta IV: Quanto mais tarde vos escrevo	83
Carta V: Por que nem tudo seja falar-vos de siso	88
Carta VI: Descrição do Hospital de Cupido	96
Fac-símiles	115

Agradeço a gentileza e atenção dos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, na pessoa de Dulce Maria Fernandes G. Fontes, Coordenadora de Serviço de Difusão Projetos e Cooperação, que autorizou o uso dos fac-símiles nesta edição atualizadora dos mesmos.

Agradeço também ao CIEC, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, da Universidade de Coimbra, com o qual colaboro há muito tempo. Este livro é uma produção do Grupo de Pesquisa CNPq/USP: Reescrever o século XVI, está vinculado ao estudo da sátira subsidiado pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq e decorre da docência na Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

1. Reescrever o século XVI

Já se disse que não é possível passar sem o século XVI. Dos historiadores e críticos da literatura aos poetas e artistas, não se deixou de ler, citar e interpretar os quinhentistas, embora mais do ponto de vista de uma erudição sempre homologável, e menos revisitando os arquivos, as poéticas, os comentários, as edições manuscritas e impressas antigas, atrás de outras visões do passado, a fim de ser construída outra narrativa, necessariamente descontínua, do século XVI.

Para tal, é preciso frequentar as margens do discurso oficial sobre os autores quinhentistas, revisitando, como tem sido feito nas últimas décadas por estudiosos das letras ibero-americanas e portuguesas, outros contemporâneos de Camões, canonizados ao lado ou abaixo dele, como Bernardim Ribeiro, Francisco de Sá de Miranda, Pero d'Andrade Caminha, Francisco de Sá de Meneses, António Ribeiro Chiado,

Jorge de Montemayor, por exemplo, incluindo poetas que foram ainda mais esquecidos pela história literária, como D. Manoel de Portugal, Diogo Brandão, Francisco de Portugal, Álvaro de Brito, Jerónimo Corte-Real, João Rodrigues de Sá de Meneses, André Falcão de Resende, Martim de Castro do Rio, e ainda muitos outros já resgatados ou à espera de resgate nos arquivos e acervos bibliográficos¹.

Além disso, também é preciso fazer estudos que extrapolem a seara de um único discurso, ou mesmo da categoria autor, cuja definição contemporânea, como aquele que detém a propriedade do que escreve, se aplica mal aos textos quinhentistas, cuja produção variava de acordo a circunstâncias de sua vocalização e cópia manuscrita. A poesia de corte quer em redondilha quer no ritmo toscano, nas sociedades monárquicas, desempenhou o mesmo papel utilitário de toda a prática letrada coeva, o que estende o termo “século XVI” para cerca de 150 anos. Em desacordo com a cronologia, importa marcar o esplendor da poesia de corte em Portugal, cuja prática se estendeu de meados do século XV a meados do XVII, ao lado da prática generalizada da escrita epistolar, dos ditos, anedotas, diálogos satíricos, entremeses que emergiram em torno das navegações portuguesas. É preciso encarar outros

1. Entre muitos outros estudos, ver, por exemplo, *Visões de Glória: Uma Introdução à Poesia de Pêro de Andrade Caminha*. Edição de Vanda Anastácio, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998, 2 vols.; *Poesia de D. Manoel de Portugal. I Profana*. Edição das suas fontes por Luís Fernando de Sá Fardilha, ed. Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1991; *Teatro de António Ribeiro Chiado (Autos e Práticas)*. Organização, fixação do texto e notas por Cleonice Berardinelli e Ronaldo Menegaz. Porto, Lello & Irmãos Editores, 1994; *Poesias e Sentenças de D. Francisco de Portugal, 1º Conde de Vimioso*. Fixação do texto, introdução e notas por Valéria Tocco, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), 1999; *Obras de Álvaro de Brito*. Edição, introdução e notas por Isabel Almeida, Lisboa, CNCDP, 1998; *A poesia de Martim de Castro do Rio (c. 1548-1613)*. Edição de Mafalda Ferin Cunha, Coimbra, CIEC, FCT, Imprensa da Universidade, 2011; Ana Carolina Correa Guimarães Neves, *Presença das Heroínas de Ovídio no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. 2013. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi: 10.11606/D.8.2013, sem contar o resgate de autos quinhentistas pelo Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

gêneros literários legados ao esquecimento, isto é, não apenas o lirismo religioso, amoroso, ou poemas heroicos, mas também a sátira de cartas em prosa em português e ainda todo o gênero satírico praticado no amplo século XVI.

O pequeno cânone das cartas em prosa de Camões contém até agora meia dúzia de textos: “Esta vai com a candeia na mão” e “Desejei tanto uma vossa”, impressas desde 1598, mais 4 cartas só impressas nos séculos XX e XXI. Estas últimas foram garimpadas em duas compilações miscelâneas da BNP, os Códices 9492 e 8571, que reúnem cartas em prosa e verso, ao lado de outros textos de sátira de diversos contemporâneos de Camões. Os dois códices foram compilados, respectivamente por Pedro Alvares Varejão, por volta de 1615, “Miscelânea de Textos Literários em prosa e em verso e várias cartas”, e por Manuel Severim de Faria, “Textos literários, alguns jocosos, textos de carácter histórico, genológico, apontamentos sobre várias matérias (1551-1650). códice também produzido na primeira metade do século XVII”.

A carta em prosa de Camões “Uma vossa me deram” foi pela primeira vez publicada em 1904, por Xavier da Cunha, da qual são conhecidas duas versões (Portugal, 1988). “Quanto mais tarde vos escrevo” foi editada em 1925, na *Lusitânia*. Essas duas cartas permaneceram manuscritas até as primeiras décadas do século XX e foram descobertas nos dois aludidos códices da BNP. Outra carta pertencente ao Códice 9492, “Por que nem tudo seja falar-vos de siso” foi impressa apenas em 2022. Aqui editamos, a partir desse mesmo códice, a “Descrição do Hospital de Cupido”.

Este conjunto de 6 cartas não esgota evidentemente as cartas que nos referidos códices poderiam ser atribuídas a Camões, há cartas em verso e cartas anônimas que poderiam

ser atribuídas ao poeta, como a carta em verso “Mandaram-me que lhe escrevesse” do Códice 9492 ou “O pouco que de vós conheço” e “Assentai que me quis a fortuna”, ambas em sequência no Códice 8571.

A primeira está no projeto de Felipe de Saavedra (2022). Embora eu as não edite agora, penso que as outras duas poderiam com bons argumentos ser atribuídas a Camões. A segunda, carta ao Chiado “de um homem encoberto que lhe sabia suas manhas e desejava vê-lo fora delas”, sobre a profilaxia da sífilis, traz expressões que se encontram nas outras cartas em prosa aqui editadas, como “manquejar” e “me entendeis”. A terceira é tão saborosa como as conhecidas do poeta, lançando mão de versos em castelhano, sentenças latinas e de tópicos jocosas sobre a sua fortuna adversa, como “Assentai que me quis a fortuna tornar em estado de mofino” ou “por estar mais delgado de dinheiro que a sobrepeliz do Adaião”, isto é, veste rendada que o Deão usa sobre a batina.

Alude-se também a fragmento da carta em prosa, “Quem ouviu dizer nunca”, impresso por Lourenço Crasbeck, na edição de 1626 de *Os Lusíadas*, trecho que será decisivo para a canonização romântica do poeta como metáfora da pátria portuguesa, associando a sua morte por ‘desavergonhamento’ à perda da autonomia política do reino português, cujo texto integral sintomaticamente não é conhecido (Brandão, 1985; Willis, 1995²; Almeida, 2011).

2. Em Clive Willis (1995, p. 17), lê-se: *Finally, the fragment ‘Quem ouviu dizer nunca’ would be perfectly admissible as canonical on the basis of style and content but its brevity and lack of wider context can only mean that the evidence is unconvincing. It was published for the first time in 1626 in Pedro Craesbeck’s edition of Os Lusíadas, in the letter’s prologue to Dom João de Almeida, a descendant of the original recipient: “Quem ouviu dizer nunca que em um tão pequeno leito quisesse a fortuna representar tão grandes desaventuras? E eu como se elas não bastassem me ponho ainda da sua parte; porque procurar resistir a tantos males, pareceria espécie de desavergonhamento. E assi acabarei a vida, e verão todos que fui tão afeiçoado à pátria, que não somente me contentei de morrer nela, mas de morrer com ela”.*

Os dois códices merecem ser estudados do ponto de vista de sua materialidade bibliográfica, examinando desde o papel, a tinta, a caligrafia, a escolha de gêneros e sua ordenação. O códice organizado por Severim de Faria, menos estudado até agora do que a miscelânea de Varejão, traz uma carta de Camões, já editada desde 1904, ao lado de poemas, textos satíricos e epistolares, em português, latim e espanhol, de alguns escritores geralmente ligados ao clero, cuja temática variada apresenta diversas caligrafias e gêneros discursivos. Há uma intersecção temática e de gênero de escrita entre os dois códices, ambos compilam textos sobre o tema da parvoíce e cartas de um conjunto de autores comuns. O Códice 9492 chama a atenção não apenas por compilar cartas de Camões, de outros quinhentistas anônimos ou conhecidos, como Ribeiro Chiado, Fernão Cardoso, Soropita, Lourenço de Cáceres, mas sobretudo por preservar outros gêneros de sátira. Por exemplo, como sugere Fernando de Portugal, em torno da parvoíce, a musa jocosa produz apodos contra asnos, nos textos que se intitulam: “Descobrimto da ilha da parvoíce”, “Tratado da Parvoíce”, “Jornadas insofríveis da Parvoíce”, “Prognósticos achados no bucho de um elefante”, “Julgamento do Asno”, “Breve reportório da vida presente” – formas de sátira a que se dedicaram esses e outros escritores ali compilados anonimamente.

A fim de entender seja a gestação do tema da estupidez na sátira portuguesa, seja a sátira epistolar de Camões – objetivo da presente edição, seja a de seus contemporâneos, importaria mostrar o vigor do discurso satírico em prosa vernácula no século de ouro português, não apenas no gênero epistolar, mas em diversos outros modos de sátira. A varie-

dade temática e caligráfica do códice Severim o condiciona ao estudo transdisciplinar, como o relato sobre a peste que assolou Lisboa em 1569, quando Camões ali chegava das Índias: “Breve sumário da peste que houve em Lisboa o ano de 69 que um frade Domenico escreveu a outro seu amigo, fingindo a cidade uma nau perdida com tormenta desfeita”. Aí a ficção náutica que pretende contar o avesso das navegações lusíadas se deixa ver na formação do nome da Nau Boalis, em que o nome da cidade de Lisboa teve a ordem trocada das duas sílabas. Os dois códices igualmente lucram no diálogo bibliográfico em torno do gênero epistolar, na sátira em torno da parvoíce e ainda nas referências à sífilis, então endêmica, por exemplo, na “Carta a António Ribeiro Chiado de um homem encoberto que lhe sabia suas manhas e desejava vê-lo fora delas”, “O pouco que de vos conheço”, em que um talvez Camões ensina ao destinatário o cuidado com estágio não terminal da doença venérea: “Esforçai que não é esta a da morte, comecemos que temos muito que fazer vós e eu sós, mandai todos para fora que não é bem que ninguém veja as partes vergonhosas da vossa pessoa”:

E ao que tanto a vossa honra e proveito toca, quando pouco a vossa consciência releva, não forçais aqui pé atrás porque a pouco e pouco vos irei abrindo essa postema; ainda que assim mais vos doa, fechai-vos os dentes e mordei a mão, porque isto é o que à vossa saúde cumpre, já tereis nas virilhas aquilo que faz manquejar, se me entendeis [...]. E porque isto é assim queira eu saber se sentistes muito a podridão desta velha chaga, porque sentindo-a não desejarei pouco a saúde e remédio, o qual eu mediante Deus espero de alcançar que por minhas mãos recebais saúde. (BNP, Cód. 8571, fols. 25-6)

António Ribeiro Chiado, como afirma Cleonice Berardinelli (1994, p.13)³, era: “Mau frade, bom comedor e bebedor, e mais ainda: luxurioso, hipócrita, desonesto, vicioso e até sodomita”, juízo que converge com o lido na carta acima citada. No Códice 9492, por sua vez, tal temática está, por exemplo, na “Descrição do Hospital de Cupido”, que aqui se imprime pela primeira vez como obra atribuível a Camões. Em suma, para “Reescrever o século XVI”, vale estudar esse *corpus* de uma perspectiva transdisciplinar, isto é, que convoca a história cultural, a sociologia, a medicina, a filologia, os arquivos, as bibliotecas e a crítica literária⁴. Aqui focaremos modestamente a sátira atribuída e alguma atribuível a Luís de Camões.

2. A carta em prosa como publicação escrital na sociedade de corte

Como afirma James Daybell⁵, as cartas são um tipo de publicação escrital, no sentido de Harold Love, que usa “publicação” para significar “um movimento de um plano privado de criação para um plano público de consumo”, ao analisar o

3. Ver nota 1 para a referência bibliográfica. Berardinelli cita em seguida os versos: “para frade mal te amanhas / porque com tuas más manhas / deixaste mil fanchos”. Na carta enviada pelo “homem encoberto”: “desonesto em [...] palavras, desavergonhado em as obras, encandilador de mancebos, lisonjeiro dos homens, enganador de mulheres” (Cód. 8571, fol. 26). Encandilador: que transforma em açúcar cande. Postema: pus, ferida supurada.

4. Sobre o necessário casamento dessas disciplinas no exame de miscelâneas ver: The Rhetoric of Elizabethan Suitors’ Letters, by Frank Whigham, in: *PMLA*, Vol. 96, N.º 5 (Oct., 1981), p. 864-882. Synchrony and Process: Editing Manuscript Miscellanies, by Jonathan Gibson, in: *Studies in English Literature, 1500-1900*, Vol. 52, N.º 1, The English Renaissance (Winter 2012), p. 85-100. “Love-song weeds, and Satyrique thornes”: Anti-Courtly Love Poetry and Somerset Libels, by Joshua Eckhardt, in: *Huntington Library Quarterly*, Vol. 69, N.º 1 (March 2006), p. 47-66.

5. The Scribal Circulation of Early Modern Letters, by James Daybell, in: *Huntington Library Quarterly*, Vol. 79, N.º 3 (AUTUMN 2016), p. 365-386. Recent studies in sixteenth-century letters, by James Daybell, in: *English Literary Renaissance*, Vol. 35, N.º 2, (Spring 2005), p. 331-362.

manuscrito produzido por um escriba profissional num *scriptorium*, ou produzido pelo próprio remetente ou ainda pelos leitores, como um meio de comunicação, paralelo ao meio impresso e perfeitamente legítimo, isto é, as cartas escritas à mão não permaneciam privadas, fora da circulação pública, podendo ser não só lidas em voz alta no âmbito de uma comunidade de leitores, como a dos taberneiros, como também copiadas pelos autores, pelos leitores, pelos ouvintes, ou por escribas profissionais contratados pelos livreiros do comércio de livros de mão, para atingir círculos mais amplos.

A breve e anônima “Carta de um homem a um seu amigo” (BNP, Cód. 8571, fol. 26), “Assentai que me quis a fortuna”, na despedida testemunha a prática da leitura em voz alta de epístolas em tabernas, “E se por ventura vos achardes em alguma taverna de bem falar, onde por força irais de mostrar esta epístola”, mas condicionada ao anonimato, “peço-vos que a vendais em cujo nome doutrem quiserdes, ou a tende por tão certa vossa como cem açoites em Margarida de Beja, vossas mãos beijo”.

A produção e a circulação da carta manuscrita e vocalizada, assim como a produção do impresso, mobilizam vários sujeitos além de remetente e destinatário, escritor e leitor. Não raro os grandes senhores no período moderno ditavam as suas cartas a seus secretários, a ponto de existir manuais a eles dirigidos, como o *Manual de Scribientes*, de Torquemada.⁶ Também os que não sabiam escrever lançavam mão do amanuense para a notação das suas cartas. Este vende toda sorte de gênero de escrita, como se lê na carta anônima acima

6. Ver: *The pen that wields the voice that wills: Secretaries and Letter Writing in Antonio de Torquemada's manual de escribientes*, by Sanchez-Eppler, Benigno, in: *Neophilologus*; Oct 1, 1986; 70, 4; Periodicals Archive Online, p. 528-538.

citada, “Assentai que me quis a fortuna” (Cód. 8571, fol. 26), em que é referida a comercialização de escritos por amigos: “E se vierdes trazei alguns papéis dos vossos mais esmerados em que homem dê cá um par de fios à vista”.

Também deve-se ter em mente a forma precária de entrega das cartas, que, salvo a do correio real, precisava contar com portadores mais ou menos ocasionais, isto é, com a oportunidade de contatar indivíduos confiáveis e prontos a servirem como carteiros. Também não se usava envelope e o mais das vezes a carta era fechada com lacre. No âmbito das cartas de Camões, a que foi escrita da Índia, “Desejei tanto uma vossa”, refere quer a precariedade do sistema de entrega quer a sua atuação como amanuense: “mas a ocupação de escrever muitas cartas pera o Reino me não deu lugar. Também lá escrevo a Luís de Lemos em resposta de outra que vi sua: se lh’a não derem, saiba que é culpa da viagem, na qual tudo se perde – Vale”.

Como argumenta Daybell, as cartas escritas nos tempos modernos alcançaram uma sobrevida, a partir dos variados meios como foram preservadas em seu tempo e para a atualidade. No início do período moderno, os próprios manuais da arte epistolar traziam uma seção com exemplos de cartas a serem modelizadas pelos novos escrevinhadores.⁷ A preservação de cartas também foi feita pela imprensa, coleções de cartas de humanistas, poetas, eclesiásticos, reis, rainhas, princesas, cavalheiros e damas da nobreza, assim como navegadores, jesuítas, viajantes, burgueses, judeus, reformados, e negociantes mais ou menos importantes foram reunidas e

7. Para manuais ingleses, ver: “Traditional, Practical, Entertaining: Two Early English Letter Writing Manuals, de W. Webster Newbold, in: *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, Vol. 26, N.º 3 (Summer 2008), p. 267-300.

publicadas pelos prelos quinhentistas. Na Inglaterra, os *commonplace books*, preservaram, lado a lado, cartas de terceiros, poemas, receitas, orações, contabilidade da vida doméstica. Foram reunidas em separatas ou miscelâneas manuscritas as cartas dos primeiros modernos, independentemente da sua notoriedade ou sexo, agregando a elas sentidos histórico-culturais, além daqueles intencionados na sua redação inicial. Muitos códices foram desmembrados e posteriormente reagrupados em miscelâneas montadas dentro das bibliotecas, segundo um denominador temático ou período histórico. Os antiquários e bibliófilos construíram códices que funcionam como recontextualizações de poemas satíricos e de acontecimentos políticos, dando-nos uma representação mais ampla do passado e da função social da sátira política.

No caso das duas miscelâneas de cartas depositadas na Biblioteca Nacional de Portugal, há um número expressivo de cartas sobre a matéria licenciosa junto a textos de outras temáticas variadas, cujo denominador comum é serem composições satíricas, como juízos, tratados, petições, prognósticos, parágrafos, apodos, enfados, reportórios, memoriais, batalhas, a serem proferidos em situação, segundo a sua pragmática satírica, no contexto da monarquia cristã portuguesa e ibérica.

O Códice 9492 foi montado a partir da intenção de reunir a matéria satírica; apesar de alguns escritores serem identificados, Chiado, Fernão Cardoso, Soropita, Pero Moniz, Lourenço de Cáceres, os cadernos em que aparecem as cartas jocosas de Camões não estão reunidos sob identificação do autor, como os citados. Embora o seu nome esteja na rubrica e no texto de uma das cartas, a autoria não é clara para a série de cartas a ele atribuíveis em determinado caderno ou dispersas

ao longo dos dois códices referidos. A “Descrição do Hospital de Cupido” encontra-se mesmo em outro caderno.

A maneira de divulgação e preservação dos textos nas miscelâneas conferem a eles diferentes contextualizações e novas interpretações. É importante estudar as miscelâneas como edições que constroem outra significação para as peças compiladas. Ao examinarmos os dois códices em questão da BNP, a sua ordenação, escolha textual e materialidade da escrita, teremos a oportunidade de apreender outros sentidos conferidos ao conjunto de cartas, a outros gêneros ali presentes e aos autores envolvidos, inserindo-os em um contexto bibliográfico, sociológico, político e histórico dos séculos XVI e XVII, quando foram construídos. Agora, mesmo focando nos dois códices apenas um único autor e o subgênero satírico carta em prosa, emerge um lado menos estudado de Camões.

3. Camões satírico

Várias composições de Camões permitem pensar a sátira do poeta, na qual se incluem redondilhas, comédias, zombarias, disparates, banquetes, cartas em prosa, escritos à margem daqueles gêneros altos e sublimes em virtude dos quais foi canonizado pela história literária e nos currículos escolares, isto é, textos muito diversos da épica e da lírica do poeta português. No reino, Camões foi marginalizado da sociedade monárquico-cristã, suas cartas em prosa, seguindo os preceitos para a composição da sátira epistolar, parecem verbalizar e preconizar o retrato do poeta preso, nas Índias, numa espécie

de cela-escritório, com as regalias de um letrado, a escrever *Os Lusíadas*. Como diversas vezes afirmou Helder Macedo⁸:

Poucos poetas mereciam menos o destino póstumo de monumento nacional do que Camões. Fixá-lo numa imagem de grandeza estereotipada é neutralizar a grandeza real de quem preferiu ao confronto das ideias recebidas a precária demanda de experiências ainda sem nome. (Macedo, 2010, p. 33).

Para o crítico, “ao dignificar a experiência como base do conhecimento, Camões é um poeta moderno” (MACEDO, 2010, p. 33). As observações de Macedo a respeito do cosmopolitismo de Lisboa no século XVI permitem contextualizar as cartas em prosa de Camões: “*Lisbon, the gateway for Europe’s trade with the Orient, was a city in which everything could be bought and sold: spices, jewels, slaves, sex, drugs, power, fortunes, voyages, nobility, sanctity*” (Macedo, 1990, p. 50).

Esta modernidade medida como visitação do avesso da sociedade monárquico-cristã encontra-se na sua epistolografia, cujas cartas em prosa, em estilo baixo, relatam a vivência do remetente em espaços urbanos marginalizados, como o “Malcozinhado”, “torre de Babilônia”, onde convivem “moiros, judeus, castelhanos, leoneses, frades, clérigos, casados, solteiros, moços e velhos” (Carta III, “Uma vossa me deram”, in Cidade, ed., 1946, p. 255).

8. Cf. Helder Macedo, 1990, p. 50: “No poet less deserved to be cast as a national monument than Camões. Those of his works which speak, in a new voice, to successive generations reveal the same adventurous and questing spirit that placed Portugal in the vanguard of Europe’s overseas expansion. The stereotyped image of monumental greatness denies actual qualities of a man who preferred the risk of seeking unknown truths to the comfort of received Truth; “His finest work is subtly subversive. He adopts Renaissance models (Ovid and Virgil, Dante and Petrarch, the Bible and Platonism) and uses their idioms to very different ends.”.

Não estranha, assim, que, no *Labirinto camoniano e outros labirintos*, a camonista Fiama Hasse Pais Brandão (1985, p. 91) pretendesse “levar alguns leitores a conhecer e aprofundar uma [...] *leitura de Camões*”, “esta, sim, *ignorada*”; como pesquisadora do século XVI, sem deixar de ironizar a polémica acesa pela inovadora biografia do poeta, da autoria de Hermano José Saraiva, *Vida ignorada de Camões*, alude ao ostracismo a que a crítica votou este gênero de escrita epistolar.

No ponderado verbete que redigiu para o *Dicionário de Camões* (2011) a respeito das suas cartas em prosa, Isabel Almeida chama a atenção para o desinteresse dos camonistas e da história literária em valorizar este lado não heroico nem principesco do poeta. Referindo-se aos dois códices (COD. 8571 e COD. 9492) que preservaram dezenas de cartas em prosa de vários autores do tempo de Camões, observa que não fizeram nascer a “tentação de as proclamar do ‘príncipe dos Poetas’. Talvez por isso; porque esta era a imagem, que se queria canônica, de Camões” (Almeida, 2011, p. 244, col. 1).

Isabel Almeida adverte que, “Se a imagem do eu moldada nas cartas é a de um indivíduo singular (ou porque triste ou porque marginal), dado a uma análise fina e irónica de si e dos outros, diferentes são os caminhos do discurso” (Almeida, 2011, p. 245, col. 1). Nas seis cartas, se escancara a “duplicidade do gênero”, “entre a vocação privada e fortuna pública como entre a promoção de um pacto de autenticidade e a efabulação mais ou menos carregada de efeitos de real” (Almeida, 2011, p. 246, col. 1). Em outras palavras, o vínculo entre biografia e carta em prosa não é direto, pois, ao buscar mimar a conversa entre o remetente e o destinatário, o texto foi construído por um conjunto de artifícios retórico-poéticos que produzem a verossimilhança do discurso; o remetente escreve

uma experiência digna de ser relatada, como o mandado de prisão, o cortejo de putas, o Hospital de Cupido, cumprindo a encomenda do seu correspondente, ou seja, pretende pedir e mandar notícias do cotidiano. Tais temas estão presentes em seu discurso epistolar satírico, no qual a atitude de zombaria se destaca pela mistura de prosa e verso, português e castelhano, e pela performance da vocalização poética. Algumas redondilhas do cotidiano lisboeta e indiano, as comédias, as cartas em prosa nos legam um Camões satírico que critica o presente quinhentista, apontando e denunciando seus vícios e crimes.

4. O gênero epistolar no início do período moderno e nas cartas de Camões

Se pouco conhecemos a epistolografia em português do princípio do período moderno, a história do gênero epistolar em língua latina já foi bem estudada.

Como gênero exemplarmente forjado como meio de comunicação, a carta escrita em latim conheceu várias teorias desde a Idade Média e durante o Renascimento, nos manuais que ensinavam as maneiras de as escrever em que se discrimina a série diversificada de subgêneros intencionados, assim como as suas partes estruturais e a linguagem adequada a cada tipo de epístola.⁹

9. “[...] the etymology of epistola [was] a derivation which was popular in the Middle Ages but which is unquestionably wrong to anyone who knows Greek: “Ideoque ab epi, quod est supra, et stole, quod est missio dicitur.”. The truth is otherwise since the Greek word epistole is derived from epistello which is a compound of the preposition epi, “upon, at, towards, etc.” and the verb stello, “make ready, dispatch, send.” (p. 109-10), Three Notes on Renaissance Rhetoric, by John Monfasani, in: *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, Vol. 5, N.º 1 (Winter 1987), p. 107-118.

Como *Ars Dictaminis*, doutrina discursiva medieval, a escrita epistolar dividia-se em partes que visavam estruturá-la como uma oração¹⁰, sublinhado a obrigatoriedade da saudação e da despedida, *salutatio* e *valediction*. Como explica Henderson, “a divisão da carta em partes reminiscentes da oração e o uso de figuras retóricas na escrita epistolar continuou no período moderno com modificações [...], como a maior flexibilidade na escolha de partes a serem incluídas”.¹¹ Ao lado dos gêneros da retórica escolar, judicial, deliberativo e demonstrativo, Erasmo, a partir da releitura de retóricos clássicos, sublinhou o gênero familiar para a escrita de cartas. O que mais diferencia a proposta da escrita da carta humanista em relação à medieval é a busca de um tom de conversa em que o *sermo* ou a linguagem coloquial deve ser empregada, conforme teorizaram na antiguidade autores como Demétrio, Cícero e Quintiliano: a carta usava uma modalidade coloquial da linguagem, estruturando-se de forma menos contida e erudita, isto é, mais solta em suas partes do que o discurso oratório.¹²

As linhas de continuidade entre o medieval e os tempos modernos, com a sua emulação renascentista de autores e obras antigas, também podem ser demonstradas na maneira como as ideias de Valla e de Erasmo, a respeito da confecção de cartas, foram misturadas e divulgadas por uma série de autores e livreiros conexos ao medieval, um deles citado por Camões, sobre o emprego do latim na carta em língua vulgar

10. *Salutatio, Exordium, Narratio, Petitio, Conclusio, Valediction*.

11. “The division of the letter into parts reminiscent of the oration and the use of rhetorical figures in letter-writing continued into the Renaissance with modifications [...] such as greater flexibility in the choice of parts to be included and the gradual abandonment of accentual prose rhythm, the *cursus*.” (Henderson, 2001, p. 249).

12. Ver Renaissance Humanism and the genera eloquentiae, by John F. Tinkler Source, in: *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, Vol. 5, N.º 3 (Summer 1987), p. 279-309.

ou moderna: “E olhai esta declaração, que nem Ascensius, nem Donato, a puderam dar melhor, os pragueiros de agora, se não entremetem latinzinho hão que não escrevem bem. E eu assim o faço imitando mais seu estilo que o meu.” (BNP, Cód. 9492, fol. 156v). Tal se revela atitude de escrita deste gênero epistolar, ao serem intronadas na composição algumas expressões ou versos em latim.

Com efeito, em todas as cartas de Camões há a presença de locuções latinas, algumas vezes mal copiadas pelos escribas, mas sempre remetendo ou à Bíblia ou a autores antigos, imitação não do próprio estilo do poeta, mas sim do estilo do gênero epistolar fiscalizado pelos praguejadores. A escrita segundo normas de gênero desnuda a existência do estilo do escritor ao lado do estilo do gênero em que se compõe o texto. A obediência a regras do gênero epistolar não obsta a que o remetente relate a sua experiência de sujeito moderno, ao compor a série de cartas satíricas, isto é, composições do gênero misto, como nas saladas em que se mistura prosa e verso, latim, português e castelhano, além dos temas das armas, das damas, das arruaças, da prisão, da poesia, da prostituição, do desejo e temas jocosos.

A valorização da escrita nas línguas modernas, em detrimento do uso exclusivo do latim, ocorrida durante o século XVI europeu, também pode ser percebida pela profusão do manual de epistolografia em prosa vernácula, cujo objetivo era ensinar e difundir o uso dos variados tipos de cartas, a carta de negócio, a carta familiar, a carta amorosa, por exemplo. Como demonstraram estudos de cartas escritas no início dos tempos modernos, a correspondência entre amantes manipulou as fórmulas prescritas pelos manuais cristãos a fim de incluir a sua experiência erótica. Penso aqui nas

cartas publicadas por Luiz Mott, preservadas nos arquivos da inquisição portuguesa, que constituem cartas homoeróticas entre membros do clero.¹³ Mas também reformadores, judeus, moiros, sodomitas perfeitos e imperfeitos, masculinos e femininos, donas de casa, marinheiros, homens de negócio escreveram as suas cartas¹⁴.

Nas compilações manuscritas e impressas, cabeçalhos, rubricas, didascálias, títulos designam a sua circunstância compilatória, mas também elocutiva, a peça vocalizada em cena, cuja utilidade circunstancial aos valores monárquicos e cristãos é evidente. Nas missas, canções marianas; nas ruas, cantar de moças ao adufe; nas guerras, a poesia heroica; nos saraus e serões, corte a damas, encenação de élogos; nas feiras e praças, a sátira política; nos enterros, os discursos fúnebres, lamentos e prantos, por exemplo.

A epístola, como dissemos, funcionava como um veículo de notícias que interessavam não apenas ao destinatário, mas a uma comunidade à qual ele pertencia, e, neste caso, era lida em voz alta ou copiada. A carta de sedição, com conteúdo político, também interessava não só ao grupo sedicioso, mas sobretudo para a divulgação das ideias sediciosas, e, via de regra, corria anônima.¹⁵ Essas cartas podiam ser coladas nos mesmo lugares onde os reis e governadores divulgavam os seus despachos com as novas regras e ordenações, a serem lidas em voz alta, nas feiras e praças, para que todos soubessem

13. Meu Menino Lindo: Cartas de Amor de Um Frade Sodomita, Lisboa (1690), Luiz Mott. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 38, N.º 2, Special Issue: 500 Years of Brazil: Global and Cultural Perspectives (Winter, 2001), p. 97-115.

14. Erasmian Ciceronians: Reformation Teachers of Letter-Writing, by Judith Rice Henderson, in: *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, Vol. 10, N.º 3 (Summer 1992), p. 273-302; Medieval Romance Epistolarity: The Case of the Iberian Jews, by Gutwirth, Eleazar, in: *Neophilologus*; Apr 1, 2000; 84, 2, p. 207.

15. Ver: “On each Wall and Corner Post”: Playbills, Title-pages, and Advertising in Early Modern London, TIFFANY STERN, *English Literary Renaissance*, Vol. 36, N.º 1 (Winter 2006), p. 57-89.

da sua instituição, isto é, em lugares como tabernas, igrejas e portas de cidades.

As cartas de Camões trazem a saudação e a despedida elaboradas de maneira humorística. As suas cartas conhecidas se iniciam com a cobrança ao ou do destinatário de regularidade na correspondência. Camões sempre escreve a amigos cujas respostas cobra na abertura da carta e torna a pedir nas suas despedidas. Mas nas cópias conhecidas não há saudação nem assinatura em destaque. As cópias estantes nas miscelâneas acima mencionadas foram feitas de maneira corrida, segundo uma ordenação de gênero ou temática, de modo que ao invés de saudação trazem rubricas que afirmam a amizade entre remetente e destinatário.

No medievo, a saudação do remetente ao destinatário era extremamente deferente na acumulação de epítetos e no uso da segunda pessoa do plural, o que fez com que os humanistas que teorizaram a respeito do gênero epistolar, como o próprio Erasmo de Rotterdam, ridicularizassem essas formas de saudação medievais como cômicas e sem sentido¹⁶.

16. "Erasmo parodia dichos saludos con este outro: 'Perspicacissimo domino, Septem artium liberalium candelabro aureo. Radianti theologorum apici. Religionis lucernae Semper fulgenti. Dominicais ordinis lucifero. Vtriusque testamenti gazophylacio. Haeresiarum charum malleo. Omnium virtutum heroi'carum et non heroi'carum, speculo limpidoissimo. Dignissimo domino meo, domino praeceptori, humillimus dominationis suae discipulus et vilissimus seruitor, oscula pedum pro salute.' (Erasmus von Rotterdam, De conscribendis epistolis: Anleitung zum Briefschreiben (Auswahl), Ausgewählte Schriften, 8, transl. K. Smolak [Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1980], in "DE ARTE EPISTOLICA": TRADICIÓN E INNOVACIÓN EN LOS "EPISTOLARVM LIBRI SEPTEM" DE GINÉS DE SEPÚLVEDA, de Juan J. Valverde Abril, in: *Humanística Lovaniensia*, Vol. 50 (2001b), p. 287-302.

Judith Rice Henderson traduz para o inglês a "comic parody" de Erasmo:

"To the most perspicacious lord, golden candlestick of the seven liberal arts, shining peak of theologians, ever-gleaming lantern of religion, morning star of the Dominican order, treasury of both Testaments, hammer of heresiarchs, brightest mirror of all virtues heroic and unheroic, my most worthy lord, lord preceptor, the most humble pupil and most worthless servant of his lordship kisses your feet in greeting" (p. 251), in: Judith Rice Henderson, Valla's Eleganciae and the Humanist Attack on the Ars dictaminis, in: *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, Vol. 19, N.º 2 (Spring 2001), p. 249-268.

Ver também dessa última autora DESPAUTERIUS' "SYNTAXIS" (1509) THE EARLIEST PUBLICATION OF ERASMUS' "DE CONSCRIBENDIS EPISTOLIS", *Humanística Lovaniensia*, Vol. 37 (1988), p. 175-210.

Para humanistas como Lorenzo Valla, o que mais importava na escrita, inclusive de cartas, era a elegância da linguagem, condenando o latim bárbaro dos *dictadores* medievais.¹⁷ A não ruptura radical entre os preceitos medievais e humanistas para escrita de cartas se mostra, porém, no uso da segunda pessoa do plural, criticado por Valla e Erasmo, mas que continuou a ser usado como forma de deferência, quando o remetente se dirige a um destinatário cujo *status* é superior ao seu e para quem deseja pedir algum favor.

Camões, em suas cartas em prosa, usa sempre a segunda pessoa do plural, mesmo dirigindo-se a amigos. A despedida ou *valedictio*¹⁸ também na carta humanista deveria ser breve, empregando-se a forma latina 'Vale', maneira de despedida que Camões utiliza em algumas de suas cartas, como em "Quanto mais tarde vos escrevo" e "Desejei tanto uma vossa", adicionando outras formas de despedida mais elaboradas quando requere resposta do destinatário na despedida de "Uma vossa me deram", cujo fecho, no Códice 9492, é: "E não vos esqueçais de me escreverdes mais vezes que esta pois sabeis o gosto que tenho de ver cartas vossas, com novas da saúde dessa pessoa, cujas mãos mil vezes beijo. Vale"¹⁹; nas outras cartas, a forma Vale não comparece. "Esta vai com a candeia na mão"

17. Ver de Judith Rice Henderson: "Defining the Genre of the Letter in Juan Luis Vives" in: *Renaissance and Reformation/Renaissance et Réforme, New Series/Nouvelle Série*, Vol. 7, n.º 2 (May/mai 1983), p. 89-105.

18. Una evolución paralela a la del saludo se puede observar en las fórmulas de despedida. La costumbre ciceroniana elevó a la categoría de norma el empleo de 'uale' para cubrir ese expediente, a lo que se podía añadir facultativamente el lugar y la fecha. No obstante, en ocasiones se presentan variantes de la misma como 'cura ut ualeas', o intensificaciones afectivas del tipo 'facual eas meque mutuo diligas'. Ya en el epistolario de Frontón aparecen algunas variantes innovadoras como 'uale, mi Fronto, carissime mihi'. Y en la práctica de los cristianos junto a fórmulas tradicionales se iba imponiendo el uso de otras de un marcado tono cristiano: 'Deus uos incolumes custodiat, domini fratres'; 'optamus, fratres, uos in domino bene ualere'. El Renacimiento se encargará de restaurar los usos clásicos. (Henderson, 2001b p. 292).

19. Na variante do Códice 8571 (fol. 28 v.) não aparece o "Vale": "E não vos esqueçais de escrever mais, por que ainda me fica que responder. Cujas mãos beijo".

se despede com imagens das navegações: “com isto amaino, beijando essas poderosas mãos uma quatrínqua de vezes, cuja vida e reverendíssima pessoa nosso Senhor etc.” – com evidente humor irônico, por hipérbole – e, na quinta carta, a única datada de Lisboa: “Por que nem tudo seja falar-vos de siso”, usa o v. m. (vossa mercê), para se despedir da pessoa a que se dirige, e com quem o poeta tenta estabelecer uma relação de igual para igual no plano epistolar e existencial: “o vosso homem tem a vossa encomenda, a minha não esqueçais v. m. com me escrever largo, como eu faço sem medo nem vergonha, beijo a mão de v. m. desta Aldeia de Lix^a [,] a melhor do Reino.” Aos 20 de maio de 1553 anos”.

Como costuma acontecer nesse gênero, nas cartas em prosa de Camões, se estabelece um pacto entre remetente e destinatário de divulgação autoral ou não do conteúdo publicamente; na carta “Por que nem tudo seja falar-vos de siso”, o segredo acordado é prudência:

E ainda que escrever-vos isso seja empresa baixa, e de baixo sujeito, pois é praguejar de Putas, com tudo não terei culpa, senão se m'a vos causardes, com me descobirdes, por que eu para vós só o escrevo, com quem posso e devo falar tudo, e assim desta cautela de segredo. E não seja necessário ficardes-vos culpado comigo, nem eu desculpado convosco, e que eu não seja destas coisas o mais diligente solicitador desta terra: nunca faltam más línguas que vos fazem tudo em que vos pez. (BNP, Cód. 9492, fol. 156r)

Com efeito, a solicitação de sigilo no âmbito do discurso epistolar vai além do temor da murmuração, generalizado entre autores e editores do século XVI, sempre temerosos em suas “épistolas aos leitores” que abrem as edições quinhentistas das

más línguas dos “praguentos” e “murmuradores”, isto é, daqueles que estão prontos a maldizerem e apodarem o trabalho dos escritores. O sigilo é pedido também para não denunciar os que vivem à margem do *status* monárquico cristão, como judeus, árabes, homossexuais, prostitutas, hereges, mencionados nas cartas sobre o *bas-fond* de Lisboa. No caso das cartas em prosa de Camões, seja por sua escolha do estilo baixo, seja por referir o cotidiano do remetente, à margem da sociedade de corte, o pacto de sigilo na divulgação das notícias, como discrição, adquire uma dimensão política. No final da quarta carta, “Quanto mais tarde vos escrevo”, publicada pela primeira vez em 1925, na *Lusitânia*, com o aval do catedrático camonista José Maria Rodrigues, é claro o funcionamento do gênero como alerta contra a perseguição inquisitorial: “Dizem que é passado nesta terra um mandado para prenderem a uns dezoito de nós; e porque nestas pressas grandes sem vós não somos nada, sabeis que deste rol vós sois o primeiro, como sempre fostes em tudo” (Camões, 1946, p. 263).

A prisão do Tronco, cuja “Carta de Perdão a Luiz de Camões” é conhecida desde o século XIX, quando o Visconde de Juromenha (1860, p. 166-7) a publicou, deu-se pelos delitos cometidos na arruaça descrita nessa carta “Quanto mais tarde vos escrevo”, indicando a primeira prisão de Camões. No Oriente, o poeta sofrerá outros encarceramentos atestados pelo retrato da prisão nas Índias. Nas “Vidas do poeta”, Severim de Faria e de Faria e Sousa, a respeito da prática da sátira como ação repreensível do poeta, afirmam que o poeta foi preso em decorrência da zombaria ao governo de Francisco Barreto, nas suas duas sátiras, “Disparates seus na Índia” (Camões, 1598, fol. 166 v.) e na “Zombaria

que fez sobre alguns homens a quem não sabia mal o vinho: fingindo que, em Goa, nas festas que se fizeram à sucessão de um governador, saíram a jogar as canas estes certos galantes com divisas nas bandeiras, & letras conformes suas tenções, & inclinações” (Camões, 1598, fol. 200). A segunda parte das *Rimas* (1616) revela a prisão por dívidas a Fios secos e o pedido de socorro ao vice-rei Francisco Coutinho. No fim da década de 1560, em Moçambique, os que escreveram a sua vida concordam em ele ter sido retido por Pedro Barreto, por dívida de matalotagem, da qual o livraram os amigos que ali aportaram na Nau Fé. Além desses quatro encarceramentos, há o crime de peculato no cargo de provedor dos defuntos e ausentes em Macau, no governo de Constantino de Bragança e de Francisco Coutinho, que gerou a sua capitulação, ou processo movido contra o poeta na sede do Estado da Índia. Brigas, dívidas, sátiras, peculato são alguns dos crimes cometidos por Luís de Camões que não combinam com o perfil do poeta heroico-cristão com que a história literária o canonizou.

5. Descrição do Hospital de Cupido

Apresentamos aqui a carta jocosa, inédita e desconhecida, atribuível a Camões, sobre a sua internação no Hospital de Lisboa, na ala dos doentes da cupidez. O Códice 9492 traz a carta que descreve a experiência do remetente no Hospital de Cupido, composto de 16 enfermarias, cuja dieta alimentar fica aos cuidados de enfermeiras alegóricas que nomeiam a enfermidade, a fim de dar uma lição de moral aos doentes de Eros.

Qualquer um que conheça a obra de Camões reconhece o seu estilo epistolar. A prosa misturada à citação de versos seus e alheios, em português e espanhol, o uso de expressões em latim, como atitude de sua escrita epistolar, a qualificam como prosa jocosa do autor. Na “Descrição do Hospital de Cupido” estão citadas as mesmas figuras mitológicas presentes nas outras cartas em prosa e na sua obra, como Cupido, Apolo, Narciso e Acteon. A par desses indícios de que se trata de uma peça da lavra de Camões, há outras convergências entre essa prosa jocosa e as suas outras cartas, como citações de os “Disparates seus na Índia”, comparações típicas da sua linguagem desafetada, referências à sua concepção da melancolia, da saudade, do amor e da poesia, intromissão no discurso por meio da expressão “eu digo”, referências ao camaleão e ao morcego e à comemoração de *Corpus Christi*. A naturalidade da prosa de Camões que caracteriza o estilo deleitoso está patente nesta descrição das doenças provocadas pelas flechas de Cupido, isto é, doenças que decorriam do desejo e da cupidez das festas da mãe do Amor.

Na “Vida de Luís de Camões”, Severim de Faria (1624) aludira ao fato de haver cartas jocosas de Camões publicadas, descrevendo com bastante humor a doença erótica, cujo primeiro estágio adquiriu ainda jovem, antes de embarcar para as Índias.

Neste tempo, lhe sobreveio uma larga enfermidade que lhe serviu de se aparelhar para a morte, a qual ele trazia tão presente, que até nas cartas jocosas falava muito de siso nela, como se vê bem das que andam impressas nas suas

Rimas.²⁰ Acrescentou-se lhe este mal com o sentimento da morte del-Rei Dom Sebastião, a quem tinha intentado celebrar em outro heroico poema, se a ambos durara a vida, & melhor fortuna.

Com esta, & outras moléstias se lhe foi agravando a enfermidade até o ano de 1579, no qual faleceu. Estava neste tempo em tanta pobreza, que de casa de D. Francisco de Portugal lhe mandaram o lençol em que o amortalharam, & assim foi sepultado na Igreja de Santa Ana sem letreiro, ou campa alguma que mostrasse o lugar de sua sepultura. (Faria, 1624)

Ao contrário do que afirma, não estão publicadas nas *Rimas* de 1598 epístolas sobre a sífilis, mas pelo menos uma delas está copiada no Códice 9492, em que se compila a “Descrição do Hospital de Cupido”, mostrando com humor a postura do poeta em relação a doenças venéreas. Cada enfermidade é descrita por meio de um bestiário das navegações que gera o mote-verso, às vezes retirado da obra do poeta, entrelaçado à tradição peninsular ou renascentista. Para cada enfermidade se atribui um animal existente ou mitológico conexo à moralidade que o remetente dirige aos diversos tipos de enfermos do desejo aceso por Cupido.

No Hospital de Cupido entra a série de violadores, “ainda que seja adultério, incesto, sacrilégio, estupro, desfloração, porque em todos o padre Desejo *habet potestatem*”.

O doente de Cupido deseja, não arde, como em festas de Vênus. O desejo tem poder sobre a humanidade, sobre

20. A Carta I, Mandada da Índia a um amigo, *Desejei tanto uma vossa*, e Carta II, *A outro amigo, Esta vai com a candeia na mão*, foram impressas na edição das *Rimas* de Camões, em 1598. Na primeira, o poeta reprovava o costume libidinoso das ‘damas da terra’ e a concluiu com o soneto epitáfio sobre a morte do seu pupilo António de Noronha, morto em 1553. Na segunda, o poeta copia uma série de suas redondilhas e pede sigilo para a circulação das suas poesias. Pede que a carta seja apenas divulgada parcialmente, “que valha sem cunhos”, isto é, sem a marca da sua poesia.

todos os estamentos e instituições da sociedade monárquico-cristã portuguesa, clero, armas e letras. A quarta Enfermaria tem por divisa um Camaleão, e a letra diz:

Assim sou da cor em que estou, e o mais é graça.

Mui bem acomodado me pareceu à tenção, porque os mais que aqui estão são Frades de todas as ordens. E tanto que me pareceu esta casa a procissão de *Corpus Christi*, de Lisboa. [...]. Aqui há também soldados, estudantes, e todos uns e outros comem o que querem, porque andam sempre em pé, e é sua enfermeira a Variedade. (Camões, BNP, Cod, 9492, fol. 166v.)

O anticlericalismo também se mostra pela enfermeira Miséria que cuida de “obreiros de sapateiros, Alfaiates, e também [de] clérigos pobres que não têm mais que as suas ordens para o ganhar, e desordens para o gastar”. É mais claro em: “livre-nos Deus destes que andam com os barretes mais enlevados que bolsa de patife, por não faltar à senhora o calçadinho, ao Domingo, que chie como pucarinho do Sardoal” (Camões, BNP, Cod, 9492, fol. 166).

Se artesãos, sapateiros e alfaiates, cujas guildas se mercantilizaram na era do comércio marítimo, são mencionados na segunda enfermidade, representantes dos povos colonizados estão logo na primeira enfermidade. “Têm por enfermeira a Luxúria” os “Lacaios, Mulatos, Negros, e outros desta laia, que namoram de assovio, e acompanham a dama ao rio, e fonte, e triste é o valado, barroca, ou moita, que não seja testemunha de suas justas, e torneios” (Camões, BNP, Cod, 9492, fol. 166).

As boubas como doença venérea que designa um estágio da sífilis nomeiam as enfermeiras da terceira enfermaria do Hospital de Cupido:

3ª. Na porta da Terceira Enfermária, está pintado Acteon, a quem os seus próprios cães estão despedaçando, e diz a letra:

O que me dava gosto me espedaça.

São todos os que aqui jazem: uns por aturarem muito a briga, saíram bem acutilados, porque os vereis sem narizes, outros falam por eles, outros mais floridos que o mês de Maio, outros que com ter cavalos andam a pé por humildade, outros a quem coice de Mula fez andar em muleta, outros que de sôfregos destes efeitos amorosos os têm metidos nos ossos, e tutanos, e finalmente todos fizeram tão boa sorte ao touro, que nos cornos de seu gosto deixaram a capa de sua saúde, e aqui entra a gente de todas as sortes, comem biscoitos, passas, amêndoas, e por serem muitos, são suas enfermeiras as senhoras Boubas. (Camões, BNP, Cód. 9492, fol. 166)

Essa carta jocosa escancara o gênero epistolar como aberto a diversos destinatários. A “Descrição do Hospital de Cupido” atende ao pedido do amigo de relatar a internação do remetente, mas este assina “Foão”, quer dizer, fulano. A descrição não é uma carta em prosa dirigida apenas a um amigo particular. Ela é uma espécie de composição satírica que inventa a sua irregularidade de discurso misto, no molde de apresentação da série de enfermarias, por meio da mistura de prosa, verso, idiomas e estilos: recusando a regularidade e a fixidez dos gêneros altos e sublimes, abusa da *imitatio* e da mitologia grega e romana, com o intuito de produzir o riso

morigerador. Logo é didática não só de comportamentos, mas também de modos satíricos de leitura e escrita.

Se a “Descrição do Hospital de Cupido” não for de autoria camoniana trata-se de autor tão talentoso como ele, que conhecia bem a sua obra e dominava a escrita de sua frase clara, cheia de graça e bem-soante.

A *valedictio* serve para o autor confessar ter de trabalhar para viver e reclamar que não tem tempo para escrever tais “brincos” ou cartas jocosas às pressas, como alegoria do tempo presente, em que conjectura se casar:²¹

Nestes tremalhos entra toda a sorte de peixe que no mar de amar anda, nestas 16 enfermarias jaz hoje o mundo todo. Este é o Hospital de Cupido que me mandais pedir; eu por vos informar largamente o corri todo, tirando a casa dos orates, porque receei achar-vos nela, e não me atrevi a ver um tal amigo em tal lugar, e estado, peço-vos que não cuideis que por estar tão retirado ando ocioso, para me encarregardes semelhante brinco como este, porque ainda que mudei a freguesia, também cá pago as primícias, e dízimo de meus cuidados, desejos e pensamentos, e até das horas, escrever três folhas de papel nos Caniculares é pior que tomar suadouros de gaiola, mormente quando me limita o portador quatro horas para isto, dando-se a um homem 24 para arrazoar em final, quando o Rigor é muito, e fechando a abóbada com novas minhas, digo que anda minha liberdade para se pôr com dano, mas já quase estou posto a segui-la e a servir a quem a levar, que segundo entendo são uns olhos bem formosos de uma mocinha d’Alfama; aqui ponho o joelho no chão, a nosso

21. No mesmo caderno do Códice 9492, depois da carta em prosa “Por que nem tudo seja falar-vos de siso”, há uma série de cartas em prosa que também podem ser atribuídas a Camões. A didascália de uma delas reza: “Trovas que fez este homem, que fez estas de cima, que sendo moço casou com uma Mulher Solteira e Velha, Cativei a meninice, fol. 158.”. Seria a “mocinha de Alfama” uma velha?

amigo *mis belas manos, y a vuestro hermano los pies*, Vosso Foão. (Camões, BNP, Cod, 9492, fol. 169)

Se não for de Camões, é bem achada como manifestação, no início do período moderno, da sátira nutrida na poesia e na prosa camonianas, uma vez que é clara a intertextualidade com as rimas do poeta. É manifesto o interesse que o texto ostenta para o estudo da questão religiosa e da sexualidade no âmbito do processo colonizador propiciado pelas navegações e pelo comércio marítimo em escala mundial.

A ser do poeta, abrem-se outras interrogações a respeito da ficcionalidade da sátira e da relação entre carta e biografia. A matéria satírica exige o disfarce do remetente atrás do anonimato para fazer ver a sua denúncia dos costumes.

As outras cartas aqui editadas são do poeta. Foram as três e as duas versões de uma delas publicadas de 1908 a 2022. Como se disse, duas foram publicadas em 1598 e três foram redescobertas no século XX, nos códices então recém adquiridos pela BNP, que consistiam de coletâneas satíricas e de cartas em prosa, mas também algumas em versos, de diversos autores do amplo século XVI. A sexta como prosa jocosa em forma de carta é impressa aqui pela primeira vez.

6. Recepção das cartas em prosa de Camões

Entretanto, nas décadas iniciais do século passado, para os primeiros camonistas da universidade portuguesa, a própria identificação entre o discurso para lá de baixo da carta “Por

que nem tudo seja falar-vos de siso” e um relato biográfico do autor de *Os Lusíadas* pareceu acintosa, ferindo a imagem de Camões como príncipe dos poetas de seu tempo e de herói da pátria portuguesa. Como adverte Fernando F. Portugal, “que propugn[a] pela [sua] atribuição a Camões”: “O assunto, a matéria da carta – ‘Por que nem tudo seja falar-vos de siso’ [...] mesmo tendo em conta a solicitação de sigilo e a vigorosa explanação do meio em que se atolava meia Lisboa, a maior aldeia do reino, é baixo, mesmo dos mais baixos das cartas transcritas no códice 9492” (Portugal, 1988, p. 9).

O primeiro a negar a autenticidade e genuinidade da quinta carta foi justamente quem primeiro ocupou a cadeira de Camões na Universidade de Lisboa, o catedrático José Maria Rodrigues. Em “Comentário da carta inédita”, “Quanto mais tarde vos escrevo”, reconhece a autoria camoniana de duas cartas encontradas no século XX, mas não a da terceira, “Por que nem tudo seja falar-vos de siso”. Os motivos que o levaram a excluir esta carta do cânone revelam a parcialidade de seu juízo:

A terceira carta não é efetivamente de Camões, embora se ocupe da pornografia olissiponense, no sentido etimológico da palavra. E não o é por várias razões, entre as quais basta o facto de ser datada de 20 de Maio de 1553, quando o poeta já ia sobre as águas do mar, a caminho da Índia, desde 26 de março desse ano. (Rodrigues, 1925, p. 156)

A “pornografia olissiponense, no sentido etimológico da palavra”, apesar de presente nas outras duas cartas de Lisboa, foi o principal motivo que levou o catedrático a excluir a quinta carta do cânone camoniano. Com efeito, ao acei-

tar as duas cartas descobertas no primeiro quarto do século XX, buscava fazer uma oposição entre o mundo baixo nelas referido e o desejo íntimo do poeta, cuja nostalgia da “vida rústica” e bucólica, a serviço da aristocracia, está expressa na carta publicada em 1904, “Uma vossa me deram”. Rodrigues pondera, citando trecho dessa terceira carta de Camões dirigida a Coimbra: “Não havia realmente outra solução honrosa senão fugir, com vontade ou sem ela. E diga-se em abono da verdade que, mesmo na época em que o poeta mais metido andava na sua deplorável vida airada, sentiu, pelo menos uma vez, rebates de consciência” (Rodrigues, 1925, p. 154):

Não vos nego a inveja, escreve ele para Coimbra, que (da vossa vida rústica) vos tenho, nem o pouco conhecimento que dela tendes, pois me dizeis que vos enfada já [...]. Se a vós, senhor, essa vida vos não contenta, vinde trocar pela minha, que eu vos tornarei o que for bem. (Camões *apud* Rodrigues, 1925, p. 154)

O catedrático cita o bordel para concluir que a Camões “já lhe metia asco o seu *Mal-cozinhado, onde sempre se achava de comer, e, mal ou bem, tudo era vianda*” (Rodrigues, 1925, p. 155). Mas é justamente aqui que se revela a sua avaliação moral de Camões, legitimada por sua concepção confessional do discurso literário, como reprodução e expressão não ficcionada da experiência vivida, considerando que “Por que nem tudo seja falar-vos de siso” “Vem muito a propósito, porque nos dá notícia da guarnição da desmantelada *Goleta*”. Isto é, relaciona por comparação este trecho da terceira carta, em que Camões dá notícia da morte de algumas “damas de aluquer” – “A esta torre chamaram *Acolheita*, pela fortaleza dela.

Mas o filósofo João de Melo lhe pôs nome o *Rompeu* porque é de três paus, a saber: de Francisca Gomes, a Tarifa, e Antónia Brás, afora a bola, que é Maria da Rosa.” (Camões, 1946, p. 255) –, ao seguinte trecho da missiva que não considera da lavra de Camões: “[...] As que mais andam agora nos pelouros de seus folgares são a Tarifa, a Surradeira, a Marquesa, a Sintroa, a Antonia Bras, e as que chama[m] foliões”, aceitando a identidade do nome das prostitutas nas duas cartas em prosa, o que fica mais evidente em nota de pé de página: “As foliões devem ser as donzelas da caída ‘Torre da Babilônia’”. “Mais adiante fala a terceira carta ‘num pagode real’, em que entraram as ‘velhacas da Surradeira e Marquesa’” (Rodrigues, 1925, p. 156). Ao identificar as mulheres referidas nas duas cartas, o catedrático acaba produzindo um argumento discursivo para a autoria camoniana da quinta carta.

Este juízo que exclui a quinta missiva do cânone das cartas em prosa de Camões foi questionado apenas nos anos 1980. Ao comparar as duas versões existentes da terceira carta²² “Uma vossa me deram”, “[o]corre [a Fernando F. de Portugal]

que, noutra códice da BN, de Lisboa (COD. 9492, f. 156-157v), se transcreve uma “Carta que hum Amigo a outro manda novas de Lixboa” e que começa “Por que nem tudo seja falar-vos de siso”. A proximidade topográfica dos textos permitiu [a ele] a leitura e, embora não contenha no título qualquer indicação de autoria, o que aliás sucede com aquela cuja versão [ele estuda, atribuída a ‘Lois de Camões’], originou certa surpresa, quer pela data que ostenta (é mesmo a única datada), 20 de maio de 1553 (ano que se propõe para as atribuídas a Luís Vaz); quer

22. Ver COD. 9492, fol. 154-155 e COD.8571, fol. 27v-28v para as duas versões de “Uma vossa me deram”.